REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

REPRESENTAÇÕES DA EDUCAÇÃO NO JORNAL ALTO MADEIRA (1917–1926): DEBATES E PERSPECTIVA SOBRE A “ESCOLA E INSTRUÇÃO”

REPRESENTATIONS OF EDUCATION IN THE ALTO MADEIRA NEWSPAPER (1917–1926): DEBATES AND PERSPECTIVES ON “SCHOOLING AND INSTRUCTION”

Ciências Humanas • 15/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/794566488

Ricardo Costa de Sousa[1]

Francisco de Assis Carvalho de Almada[2]

RESUMO

Este artigo analisa as representações de educação no jornal *Alto Madeira*, publicado em Porto Velho entre 1917 e 1926, com foco nas discussões em torno da categoria “escola e instrução”. O estudo insere-se no campo da História da Educação sob o aporte da História Cultural, fundamentando-se no conceito de representação formulado por Chartier (2004) e no método da descrição densa proposto por Geertz (2008). O corpus documental completo reúne 95 textos em que figura o vocábulo “educação”, categorizados em seis eixos: civilização e progresso; cidadão e identidade nacional; distinção e hierarquização social; ordem, disciplina e moral; saúde, higiene e cultivo do corpo; e escola e instrução. Para a presente análise, examina-se o conjunto de 22 matérias circunscritas à categoria “escola e instrução”, reorganizadas em agrupamentos temáticos recorrentes. Os resultados indicam que o periódico atuava como uma instituição educativa informal e agente político, projetando a escola não apenas como um espaço de instrução técnica ou alfabetização, mas como um dispositivo de moralização, controle social, civismo e regeneração da infância perante a precariedade das políticas públicas locais. A pesquisa indicou que as matérias veiculadas pelo jornal não refletiam de forma neutra a realidade escolar de Porto Velho, mas construíam representações intencionais pautadas por disputas simbólicas, valores e interesses dos sujeitos que dele faziam uso.

Palavras-chave: Representação; Educação; Instrução e Escola; Imprensa periódica; Alto Madeira.

ABSTRACT

This study examines how education was portrayed in the *Alto Madeira* newspaper, published in Porto Velho between 1917 and 1926, focusing on discussions around the theme of "school and

instruction." Grounded in the History of Education through a Cultural History lens, the research draws on Roger Chartier's (2004) concept of representation and Clifford Geertz's (2008) method of thick description. Out of a total collection of 95 articles mentioning the word "education" divided into six key themes: civilization and progress; citizenship and national identity; social status and hierarchy; order, discipline, and morals; health, hygiene, and body care; and school and instruction this paper analyzes the 22 articles specific to "school and instruction," grouped by common subtopics. The findings show that the newspaper acted as an informal educational space and a political actor. It framed the school not just as a place for basic literacy or technical learning, but as a tool for moral guidance, social control, civic pride, and child development in response to weak local public policies. Ultimately, the articles did not offer a neutral reflection of schooling in Porto Velho; instead, they built deliberate narratives driven by symbolic conflicts, values, and the interests of those writing for the paper.
Keywords: Representation; Education; Instruction and Schooling; Periodic Press; Alto Madeira.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da imprensa periódica no Brasil durante a Primeira República (1889–1930) esteve intrinsecamente articulado aos discursos de modernização, afirmação civilizatória e edificação da identidade nacional. Nesse cenário de transformação política e social, a escolarização foi erigida como o principal vetor de progresso da sociedade brasileira, emergindo o que a historiografia da educação consagrou como o período de maior intensidade do “entusiasmo pela educação” e do “otimismo pedagógico” (Nagle, 1974). Na região amazônica, em particular, onde a expansão urbana

se dava de forma acelerada no início do século XX sob o apogeu da economia borracheira e a construção de grandes obras de infraestrutura, a circulação da palavra escrita ocorreu em um meio social marcado pela forte tradição oral e pelo letramento tardio (Pinheiro, 2015). Nesse contexto, o jornal Alto Madeira, fundado em 1917 por Joaquim Augusto Tanajura no recém-criado município de Porto Velho (atual estado de Rondônia), consolidou-se como um vetor fundamental de propagação de ideias, atuando não apenas como registro de acontecimentos, mas como um autêntico agente político e instituição educativa informal (Vital, 2011).

A despeito da proliferação de estudos sobre a imprensa republicana nos grandes centros urbanos do país, permanecem ainda em aberto investigações historiográficas densas acerca do papel desempenhado pelos jornais do interior amazônico na construção de representações sobre a escolarização. Observa-se uma lacuna referente à compreensão de como as elites letradas e os mediadores culturais das áreas peritéricas da Amazônia apropriaram-se do discurso pedagógico nacional para intervir no cotidiano local, tensionando a carência de políticas públicas com os ideais republicanos de moralização e disciplina. A historiografia consolidada no campo da História da Educação (Sousa, 2019; Peres, 2002; Carvalho, 1989) demonstra que a imprensa periódica funcionou recorrentemente como arena de disputas simbólicas e normatização dos costumes; contudo, pouco se analisou especificamente como essas dinâmicas se materializaram na imprensa de Porto Velho entre as décadas de 1910 e 1920, momento em que o contraste entre o crescimento econômico e a inércia estatal no atendimento educacional atingiu seu ápice.

Frente a esse cenário, a presente pesquisa guia-se pela seguinte problematização central: De que modo o jornal Alto Madeira construiu e veiculou representações de educação articuladas em torno da categoria “escola e instrução” no período de 1917 a 1926, e como essas representações atuaram como dispositivos de intervenção política, disciplinamento moral e formação cívica em Porto Velho? O problema justifica-se por sua clara delimitação temporal e geográfica, refletindo a vivência do pesquisador com a história regional e possuindo inquestionável aplicabilidade social, na medida em que permite compreender a gênese das desigualdades educacionais e a ausência histórica do Estado na garantia do direito à educação na Amazônia.

O objetivo geral deste artigo é analisar as representações de educação veiculadas no jornal Alto Madeira, com foco circunscrito à categoria “escola e instrução”, no recorte temporal de 1917 a 1926. Para alcançar tal finalidade, delineiam-se os seguintes objetivos específicos: a) mapear o corpus documental de matérias jornalísticas referentes ao tema da educação; b) categorizar e reorganizar os textos focados em “escola e instrução” em agrupamentos temáticos recorrentes; e c) interpretar, sob a luz da História Cultural e da antropologia interpretativa, as teias de significados e os valores subjacentes aos discursos veiculados pelos editores e colaboradores do periódico.

A justificativa desta pesquisa fundamenta-se na sua relevância teórica e prática. Em termos teóricos, a investigação contribui para o avanço historiográfico ao descentralizar as análises sobre a história da educação brasileira, inserindo a Amazônia rondoniense nos debates sobre o otimismo pedagógico da Primeira República e expandindo o referencial sobre a imprensa como fonte e objeto da

pesquisa histórica. Em termos práticos e sociais, o estudo fornece subsídios críticos para a reflexão sobre o papel dos meios de comunicação na mediação de demandas educacionais e no combate ao analfabetismo histórico, demonstrando como a atuação das associações comunitárias e da filantropia privada buscou suprir as lacunas deixadas pelo poder público.

Teoricamente, o trabalho fundamenta-se na categoria analítica de "representação" desenvolvida por Roger Chartier (2004), a qual estabelece que a escrita jornalística é uma construção simbólica orientada por sujeitos socialmente situados, e no procedimento da "descrição densa" de Clifford Geertz (2008), que busca reconstituir a teia de significados em que cada enunciado se torna inteligível. Empiricamente, o estudo debruça-se sobre um corpus de 95 matérias identificadas pelo vocábulo "educação", focalizando a análise no conjunto de 22 matérias da categoria "escola e instrução", cujos resultados revelam o Alto Madeira como uma verdadeira instituição educativa informal e agente político fabricador de consensos na Amazônia do início do século XX.

2. METODOLOGIA

Na perspectiva da História Cultural, a representação põe em relação uma ausência e uma presença: alguma coisa, ausente, é dada a ver por meio de outra, presente. Como afirma Chartier (2004, p. 18), essa relação não é da ordem do mimético nem da transparência. Não há, portanto, correspondência direta entre o que o jornal diz e o que se passava nas escolas, nas ruas ou nos salões da cidade. Há uma construção, e é ela que se toma como objeto de análise. A afirmação de que a imprensa periódica atuava como agente e não como espelho encontra respaldo na historiografia da educação. Nagle

(1974, p. 276) demonstrou que, na década de 1920, a literatura educacional “desempenha o papel de preparadora e de transmissora das novas modalidades de percepção da problemática educacional”, o que autoriza tratar o *Alto Madeira* não como registro neutro, mas como instância produtora de representações sobre a escola.

Essa construção não é neutra. Produzida por grupos e sujeitos com posições sociais definidas, a representação carrega interesses, hierarquias e disputas simbólicas, e por isso os sentidos atribuídos a uma mesma palavra podem variar e até se opor. Aplicada ao Alto Madeira, a noção orienta perguntas como: quem fala de educação, e sobre quem? Para elogiar, cobrar ou distinguir? O que a palavra permite afirmar sobre a nação, a família, a infância, o corpo e o lugar de cada um na sociedade?

O corpus documental é composto por 95 textos publicados entre 12 de agosto de 1917 e 12 de dezembro de 1926, reunidos a partir da ocorrência do vocábulo “educação”. Os textos foram transcritos como constam no levantamento: preservam-se, em grande medida, a grafia da época, as supressões assinaladas por [...] e as correções e informações entre colchetes. Trata-se, em vários casos, de excertos e não de matérias completas; “na íntegra”, aqui, designa o trecho levantado, sem alterações.

Cada texto foi classificado na categoria que corresponde ao sentido dominante de “educação” no trecho. A primeira categoria, *Civilização e progresso*, reúne textos que tratam a educação como combate ao analfabetismo e à ignorância, condição para o desenvolvimento nacional e amazônico, missão civilizatória indígena e dever de assistência governamental ao interior; a segunda, *Cidadão e identidade nacional*, agrupa a formação cívica, patriótica,

política e republicana, além da orientação moral de mulheres e crianças em prol do futuro da pátria e como elemento de unificação grupal; a terceira, *Distinção e hierarquização social*, reúne a educação refinada como marcador de classe, prestígio familiar e civilidade, usada em notas sociais e perfis para elogiar ou, por inversão, desqualificar; a quarta, *Ordem, disciplina e moral*, associa a educação à regulação de comportamentos: disciplina, respeito, obediência às leis, valores familiares e postura adequada em espaços públicos, como teatros e estádios; a quinta, *Saúde, higiene e cultivo do corpo*, engloba a educação sanitária como política de combate a endemias e a educação física associada ao esporte e ao preparo do corpo; a sexta, *Escola e instrução*, aborda a escolarização formal: instituições, docentes, formação técnica e legislação, retratando-a como dever do Estado e dos pais, além de alvo de denúncias e fiscalização.

Tabela 1. Distribuição dos textos por ano e categoria

Ano	A Civilização e progresso	B Cidadão e identidade nacional	C Distinção e hierarquização social	D Ordem, disciplina e moral	E Saúd higien cultivo corp
1917	1	2	3	0	0
1918	2	2	4	3	1
1919	2	2	2	3	0
1920	1	1	1	1	1

⚠ Esta tabela possui muitas colunas e foi cortada para impressão. Para visualizá-la completa, acesse o artigo original em: https://revistatopicos.com.br/artigos/representacoes-da-educacao-no-jornal-alto-madeira-1917-1926-debates-e-perspectiva-sobre-a-escola-e-instrucao?noblockage

Fonte: Levantamento realizado pelos autores junto ao jornal Alto Madeira (1917–1926).

A Tabela 1 mostra a distribuição dos 95 textos no recorte de 1917 a 1926. A categoria mais frequente permanece sendo a de *distinção e hierarquização social*, com 29 textos (30,5%), seguida por *escola e instrução* (22; 23,2%), *ordem, disciplina e moral* (20; 21,1%) e *cidadão e identidade nacional* (14; 14,7%). As categorias de *civilização e progresso* (6; 6,3%) e de *saúde, higiene e cultivo do corpo* (4; 4,2%) são as menos frequentes. As categorias A e F somam 28 dos 95 textos (29,5%). O ano de 1925 concentra o maior volume (19 textos), enquanto 1921 destaca-se pelo predomínio de matérias sobre escola e instrução (7 de 10). A partir desse universo levantado e considerando os limites deste artigo, bem como o objetivo de apresentar a densidade da massa documental transcrita, o interesse residiu, mais especificamente, na categoria *Escola e instrução*, o que não significa que outras categorias, em alguma medida, não possam transbordá-los nesta.

A análise a ser realizada examinará os dados de forma cronológica para evitar tratar as representações como um bloco homogêneo ou estático entre 1917 e 1926. Essa perspectiva diacrônica revela a morfologia e o ritmo da narrativa, permitindo identificar o momento em que determinada representação perde força e ganha centralidade, sem deixar de evidenciar permanências e rupturas.

Ao organizar as matérias por agrupamentos temáticos, intenta-se conferir maior densidade teórica ao artigo, articulando melhor o conceito de representação de Chartier e a descrição densa de Geertz. Quanto ao recorte temporal de 1917 a 1926 compreende um período de intensa efervescência e reorganização da instrução

pública no Brasil, emoldurado por duas importantes reformas do ensino secundário e superior, a saber: a Reforma Carlos Maximiliano (Decreto nº 11.530/1915), cujos desdobramentos reorientaram a busca pela padronização e moralização do ensino nos anos subsequentes, e a Reforma Rocha Vaz/João Luiz Alves (Decreto nº 16.782A/1925).

Convém explicitar a divisão de trabalho entre os dois referenciais que sustentam esta análise. Chartier (2004) cabe fornecer a categoria analítica: a representação como construção simbólica de uma ausência por meio de uma presença, produzida por sujeitos socialmente situados e atravessada por interesses e disputas. A Geertz (2008), cabe fornecer o procedimento de leitura: a descrição densa, entendida não como acúmulo de informações sobre o texto, mas como reconstrução da teia de significados em que cada enunciado se torna inteligível para os atores que o produzem e o consomem. Em termos operacionais, isso significa que, para cada matéria, não basta registrar o que ela diz sobre escola e instrução; é preciso perguntar que oposições mobiliza (festejo *versus* instrução, abandono *versus* amparo, castigo *versus* correção), que autoridades invoca (o juiz, o médico, o higienista, o professor, o pai de família), que público interpela (a elite associativa, os pais e tutores, os trabalhadores do curso noturno) e que prática busca legitimar ou condenar. A descrição densa, aqui, funciona como um princípio de contenção analítica, diante de um corpus de 22 matérias, ele impede que se trate cada texto como mera ilustração de uma tese prévia e obriga a examinar, caso a caso, a gramática cultural em que a escola é representada.

Se a representação é construção e não reflexo, cabe perguntar por que a imprensa periódica se constitui em documento privilegiado para a história da educação. A resposta, aqui, não é instrumental,

porque o jornal não é tomado como repositório neutro de informações, mas como prática social que, ao registrar o cotidiano, testemunha o mundo dos homens. É nesse sentido que Lombardi (2004, p. 155) afirma que os registros e as memórias "resultam da ação histórica do homem e, mesmo que não tenham sido produzidas com a intencionalidade de registrar a sua vida e o seu mundo, acabam testemunhando o mundo dos homens em suas relações com outros homens e com o mundo circundante". Aplicada ao *Alto Madeira*, essa formulação autoriza tomar as matérias sobre escola e instrução não apenas como indícios do que se passava nas escolas de Porto Velho, mas como testemunhos das relações sociais, dos valores e das disputas simbólicas que atravessavam aquele mundo urbano em formação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente seção analisa vinte e duas matérias de "escola e instrução" organizadas em quatro agrupamento temático: a omissão estatal suprida pela filantropia e associações (3.1); a infância pobre vista como problema a ser regenerado pelo trabalho e internamento (3.2); o uso de castigos físicos chancelados pela Justiça e debatidos na imprensa (3.3); e a exaltação do professor como apóstolo cívico difusor de novos modelos pedagógicos (3.4). Em conjunto, esses pontos pretendem demonstrar o jornal como agente ativo na normatização da sociedade local.

3.1. A Omissão do Estado, a Filantropia e o Papel das Associações

Este tópico trata do agrupamento temático de seis textos levantados e transcritos do jornal Alto Madeira que versam sobre as denúncias

da falta de prédios, mobiliário e professores; apelo à filantropia de associações recreativas, ligas e auxílios municipais.

O texto escrito pelo editorial (1918) e intitulado “Associação Instrutiva, Recreativa e Beneficente de Porto Velho”, pauta a reorientação das prioridades das agremiações locais. Nele, defende-se que os recursos da entidade deixem de alimentar festejos dispendiosos e passem a custear a criação de escolas para atender à infância da cidade.

> *Agora, porém que a Associação se achava formada, nova orientação devia ter a sua diretoria para o cumprimento do seu importante programa, abrangendo a instrução e a beneficência. Em feliz peroração, referiu o orador que devia ser abandonadas as festas pomposas naquele recinto, reunindo-se as famílias na maior intimidade para celebrarem qualquer festa, sem onerar os cofres da Sociedade. Que em vez de se aplicar em gastos extraordinários o dinheiro da Associação, se abrissem as suas portas à instrução pela mantença de escolas em seu recinto, onde essa infância que caminha para o futuro, pudesse receber os preceitos liminares da educação (Alto Madeira, 10 de janeiro de 1918, n. 67, p.1).*

O excerto explicita um embate de valores no âmbito da sociabilidade da época, ou seja, o confronto entre o entretenimento efêmero, “festas pomposas” e a utilidade social da instrução pública. A narrativa editorial desloca a função de uma associação privada/beneficente para a esfera do compromisso educativo, propondo a contenção de gastos supérfluos em prol do financiamento de salas de aula. Ao dirigir a atenção para a “infância que caminha para o futuro”, a matéria constrói a representação da

escola como o espaço por excelência de proteção e moldagem do devir social e moral das novas gerações de Porto Velho.

A instrução é representada não como luxo ou mero ornamento social, mas como uma obrigação utilitária e patriótica, onde o espaço de reunião de elite (a associação) deve converter-se em templo de formação moral e cívica a partir da caridade e da filantropia privada, suprindo as lacunas do Estado no atendimento à infância. A esse respeito, nas primeiras décadas do século XX, Muller (2013, p. 116) afirma que, convencidos de que o governo não cumpriria sua obrigação, a proposta seria conclamar associações para abertura de escolas. A reorientação das associações recreativas para o financiamento de escolas não é um caso isolado de Porto Velho. Como registra Nagle (1974, p. 121-125), no período multiplicam-se sociedades, ligas e bandeiras, destinadas a fortalecer o entusiasmo pela educação, o que confirma que o *Alto Madeira* se inseria em uma rede nacional de mobilização em torno da escolarização.

O texto publicado pelo editorial do jornal (1918) sob o título “De Portugal”, evidencia a repercussão de iniciativas internacionais e da imprensa transnacional nas páginas do periódico. A matéria destaca o esforço solidário da comunidade portuguesa no Brasil para financiar a criação de uma “escola para a educação dos soldados portugueses mutilados da guerra” (Alto Madeira, 30 de maio de 1918, n. 107, p. 2).

O documento associa a ideia de instrução ao esforço de reconstrução social do pós-guerra, projetando a educação não apenas como formação primária ou infantil, mas como um instrumento de reabilitação física, moral e profissional para corpos

mutilados pelo conflito. A nota editorial enfatiza o papel da filantropia da comunidade imigrante (“laboriosa colônia portuguesa”) e demonstra como o jornal *Alto Madeira* utilizava episódios externos para veicular um ideal de solidariedade comunitária, o que reforça a representação da instrução como um recurso de utilidade pública e reparação social perante as adversidades.

Nesse sentido, o editorial opera como um vetor de sensibilização e patriotismo, no qual a instituição escolar é figurada como um espaço de resgate da capacidade produtiva e da dignidade do indivíduo por meio do trabalho. Além disso, evidencia-se como a imprensa local conectava os leitores de Porto Velho a uma rede global de valores cívicos e ações filantrópicas do período do entreguerras. Nessa perspectiva, Sousa (2019, p. 146) aponta que "a instrução nivela os homens de todas as origens e de todas as raças". Daí decorre a insistência da editoria e de seus colaboradores em incitar as associações à abertura de aulas noturnas para seus membros, visando à promoção da igualdade social.

O texto publicado pelo editorial do jornal (1920) sob o título “Exposição apresentada à Intendência Municipal pelo padre Dr. Superintendente na sua primeira reunião ordinária, realizada no dia 12 de março de 1920: Instrução pública, reproduz a prestação de contas do chefe do poder executivo municipal. A matéria traz um diagnóstico dramático sobre a precariedade da infraestrutura escolar e a omissão estatal perante a infância de Porto Velho, cobrando providências urgentes das autoridades locais.

> *[...]. O problema da instrução, srs. intendentes, ainda se encontra em deplorável abandono; causa desolação o número elevado de crianças entregues à escuridão e à penúria da ignorância, por não poder o Estado presentemente dar-lhes o seu amparo protetor. Creio, entanto, que será sanada essa falta, pois a Assembleia Legislativa já destinou a verba de trinta contos de réis para iniciar a construção de um prédio para o grupo escolar. Temos mais de cem meninos à espera de professores, que não vieram ainda, embora o ano letivo esteja quase em meio. É o quadro que mais nos horroriza. Não há exagero no verbo, pois somos responsáveis pela educação dessa infância verdadeiramente abandonada, que tem direito de verberar rudemente amanhã a inércia de hoje (Alto Madeira, 28 de março de 1920, n. 298, p. 3).*

O excerto aponta para três direções fundamentais: primeiro, o descompasso entre a promessa republicana de modernização e a precária realidade do ensino público na Amazônia; segundo, a representação da infância local como uma população vulnerável e abandonada; e, terceiro, a denúncia sobre a ausência de docentes em pleno decorrer do ano letivo. Por um lado, a imprensa de Porto Velho registra que a instrução pública é representada não apenas como um serviço administrativo, mas como um amparo protetor e um dever indeclinável dos governantes no qual a omissão estatal perante os "meninos à espera de professores" ameaça diretamente os ideais de ordem e civilização almejados para a cidade. Por outro lado, em um contexto contrastante no Rio Grande do Sul, Sousa (2019, p. 172) destaca, a partir do jornal *O Exemplo*, o empenho do governo gaúcho, que vinha despendendo "em prol do ensino boa dose de suas energias", isto é, de recursos financeiros para a manutenção das escolas e a remuneração docente. Como resultado

dessa alocação orçamentária, a “educação das crianças vai sendo ministrada satisfatoriamente”, evidenciando diferentes estágios da presença estatal na instrução pública do período.

A crítica às lacunas do ensino público reflete a permanente tensão estrutural entre conceber a instrução como base e direito coletivo essencial versus a sua concretização efetiva como um "favor extraordinário" concedido pelo poder público (Cruz; Sousa; Camargo, 2025). Diante da omissão estatal, o jornal conclamava recorrentemente a iniciativa privada e as associações voluntárias a assumirem o papel de amparo e contenção moral da infância.

O texto publicado pelo editorial do jornal (1921) sob o título “Exposição apresentada à Intendência Municipal pelo padre Dr. Superintendente na sua primeira reunião ordinária, realizada no dia 12 de março de 1921”, reproduz o relatório do Poder Executivo municipal perante os intendentes locais. A matéria traz um amplo diagnóstico sobre a transição política no Estado do Amazonas e o Centenário da Independência com a severa precariedade da infraestrutura escolar e o déficit educacional em Porto Velho.

[...] INSTRUÇÃO PÚBLICA – Tenho estudado com a máxima atenção o problema da instrução pública, a que se prendem os cuidados dos maiores pensadores nacionais nestes últimos tempos, em vésperas da comemoração do primeiro centenário da Independência. Infelizmente, desmentindo o que pensaram generosos espíritos de patriotas, não nos vangloriaremos, em 1922, de não possuir analfabetos no Brasil. Tê-lo-emos, e ainda por muito tempo [...]. A alma do nosso País ainda se encontra semiescondida na ignorância [...]. Porto Velho, sobre tudo, sendo base de linha férrea, de margens habitadas por muitos colonos de todas as raças, tem o parco ensino desenvolvido graças à iniciativa particular e aos esforços do Município, vagando em seu território para mais de quatrocentas crianças. E, para essas quatrocentas crianças, possui o Estado apenas uma escola isolada na sede do Município, que, até agora, há procurado corresponder às necessidades do povo. A Assembleia votou, por iniciativa do ilustre deputado dr. Joaquim Augusto Tanajura, uma verba especial para a construção de um grupo; que, entretanto, não foi levado a efeito, por falta de numerário. O Município reclama, além desse grupo para os dois sexos, uma professora na povoação de Fortaleza, onde também custeado pelos seus cofres, mantém um professor. O Estado não alugou, nem construiu, um edifício para o funcionamento da escola e não enviou o mobiliário preciso; os alunos servem-se de cadeiras fornecidas pela Superintendência, que há feito sucessivas reclamações, até agora não atendidas.

[...]. O Município subvenciona os cursos noturnos do "Instituto Eduardo Ribeiro" e "Colégio Ordem e Progresso", respectivamente dirigidos pelos drs. Giovanni Costa e Rui Costa da Cunha Lima e professores Heitor de Figueiredo, e por dona Laura Arraes de Lima. Além desses dois colégios, fatores de desenvolvimento intelectual, há outras escolas de valioso alcance, sem falar nos cursos noturnos do "Instituto Eduardo Ribeiro" e do Bairro da Favela, aquele amparado pela Lei n. 91 de

> *29 de julho, sob a competente direção dos professores Heitor de Figueiredo e Paranatinga Filho. [...]. A escola da povoação de Fortaleza, de acordo com o artigo 4.º da citação Lei n. 91, de 20 de Julho de 1921, continua com boa frequência e no modo por que foi instituída pela Lei n. 87, de 16 de Março de 1917. O Município não esquece esse ramo de graves responsabilidades nas administrações públicas. Em Março, ao início de minha gestão, observando a deplorável situação de nossa infância, escrevia: «O problema da instrução ainda se encontra em abandono; causa desolação o número elevado de crianças entregues à escuridão e à penúria da ignorância, por não poder o Estado atualmente dar-lhes o amparo protetor. Creio, entretanto, que será sanada essa falta [...]. (Alto Madeira, 13 de março de 1921, n. 398, p. 1).*

Esse panorama registra uma contradição entre o crescimento econômico acelerado da cidade e a escassez do atendimento escolar. A narrativa recorre a um determinismo geográfico e social ao caracterizar a infância amazonense como refém do "meio" e ameaçada por uma "maré negra" de analfabetismo, apontando a instrução como um "dique" moral regulador. Diante da inércia do governo estadual que descumpriu promessas de construção do grupo escolar e de fornecimento de mobiliário, o relatório destaca a ação compensatória do Município e da iniciativa privada por meio de subvenções (Lei nº 91/1921) para amparar escolas e cursos noturnos destinados a trabalhadores e operários.

Assim, a representação da instrução surge como um dispositivo de sanção e de moralização dos costumes, no qual a educação cívica para adultos e trabalhadores, somada ao ensino infantil, é figurada como uma urgência eugênica e patriótica capaz de neutralizar o sujeito desviante e integrá-lo à marcha do progresso nacional.

Sob essa ótica, Sousa (2019, p. 196) destaca a instrução como base para a construção de uma nação forte e nobre, por proporcionar os atributos intelectuais, morais e patrióticos essenciais ao progresso do país. Ademais, argumenta-se que a difusão do saber permitiria à sociedade caminhar para a integração dos diversos grupos étnicos que formam a pátria.

O texto publicado pelo editorial do jornal (1921) sob o título "Instrução pública: com vistas aos senhores pais de família", direciona um apelo direto aos responsáveis legais pelas crianças de Porto Velho. A nota conclama pais e tutores a efetivarem a matrícula dos menores na rede de ensino, enfatizando o apoio da municipalidade e rebatendo eventuais justificativas de ordem material ou socioeconômica.

> *Resta, apenas, que aos senhores pais de família, tutores curadores e mais pessoas, que tenham em seus domicílios, menores em idade de educação escolar, promovam a sua matrícula, para o que a Superintendência Municipal, não poupa e nem tampouco nega auxílios, aos que porventura deles são carecedores. O vestuário, por modesto que seja, nunca foi motivo para se retardar a instrução, pois, muito louvável se torna para aqueles, que mesmo com sacrifício progrediram no mundo das letras [...]. Os cuidados dos senhores pais de família e mais responsáveis pela educação da infância [...] (Alto Madeira, 16 de junho de 1921, n. 425, p. 1).*

O excerto explicita a estratégia do jornal e do governo municipal para engajar as famílias no projeto de expansão da escolarização primária. O editorial desconstrói a pobreza ou a modéstia do vestuário como obstáculos legítimos para o afastamento das salas

de aula. Ao colocar a Superintendência Municipal à disposição para conceder auxílios aos necessitados, a matéria transfere a responsabilidade moral do analfabetismo infantil para os pais e tutores, caracterizando a negligência doméstica como o principal entrave ao progresso educacional da juventude local.

Mobiliza o valor do “sacrifício” e da superação individual para legitimar a instrução como via única de regeneração moral e mobilidade, enquanto constrói uma representação do município como ente protetor e da família omissa como obstáculo ao projeto civilizatório republicano. Para Nagle (1974, p. 97-99), a crença nos poderes da escolarização difundiu-se amplamente no período, o que se demonstra pela ocorrência de várias iniciativas e reformas, dos Governos Federal e Estaduais, no campo da escolarização; durante todo o período da história brasileira, até 1930, não se encontra outra etapa de tão intensa e sistemática discussão, planejamento e execução de reformas da instrução pública.

O texto publicado no editorial do jornal sob o título “Lei n. 216 de 18 de outubro de 1926”, reproduz o texto legislativo municipal que regulamenta a arrecadação do imposto predial em Porto Velho. A publicação estabelece as alíquotas, prazos, penalidades e critérios de avaliação dos imóveis urbanos, prevendo expressamente a isenção tributária para prédios públicos e estabelecimentos voltados à caridade, aos cultos religiosos e às instituições de educação e ensino. Conforme o documento: “1º) — Ficam isentos deste imposto os prédios próprios da União ou do Estado que forem sede de repartições públicas e os em que funcionarem instituições de caridade e beneficente, cultos religiosos, educação e ensino e associações de utilidade pública (Alto Madeira, 12 de dezembro de 1926, n. 988, p. 2).

O excerto revela o esforço de normatização e fiscalização financeira do município no final da década de 1920, organizando a arrecadação pública por meio de regras estritas de cobrança, prazos e penalidades progressivas. A legislação demonstra uma política de estímulo e desoneração ao funcionamento de colégios e escolas no espaço urbano, reconhecendo a função social e cívica da instrução como um serviço de utilidade pública que justificava o sacrifício de receitas fiscais pelo erário municipal.

A isenção tributária concedida aos estabelecimentos de ensino evidencia que o poder público municipal, ciente das limitações da rede oficial de ensino, utilizava a legislação fiscal como um dispositivo de fomento indireto para atrair, manter e subvencionar iniciativas escolares privadas e comunitárias, associando o incentivo à instrução ao projeto global de ordenamento, arrecadação e progresso da cidade.

3.2. A Infância Desamparada: Entre a Salvação Moral, o Trabalho e a Regeneração Correcional

Este tópico trata do agrupamento temático de cinco textos levantados e transcritos do jornal Alto Madeira que versam sobre representações da infância pobre e marginalizada como “menor abandonado”, propondo o ensino técnico, patronatos e o recolhimento pelo Juizado.

O texto intitulado “Casos e coisas” e escrito pelo colaborador Mathias (1919), apresenta uma proposta de intervenção social e educacional em âmbito nacional. O autor defende a criação, pelo Poder Legislativo, de uma rede de patronatos agrícolas e industriais

destinados ao recolhimento, à instrução e ao adestramento profissional da infância das camadas populares.

> *[...]. Se eu fosse deputado da nação proporia a votação de uma lei, criando, no coração de cada uma das vinte e duas circunscrições da República, patronatos agrícolas e industriais para a infância pobre. Esses patronatos instruiriam e educariam de 2 a 5 mil meninos, dos 7 aos 15 anos de idade, conforme a população do Estado. Seriam verdadeiras escolas-colônias modelo, nas quais se ensinaria a agricultura e pecuária práticas, as pequenas indústrias, artes e ofícios, criação de abelhas e do bicho de seda, ginástica racional e evoluções militares, desportos adequados ao nosso clima, higiene prática, educação moral, a língua pátria, escrita, aritmética até proporções inclusive, noções de geometria, desenho, história e geografia de nossa pátria (Alto Madeira, 29 de maio de 1919, n. 211, p. 1).*

O excerto desenha um modelo ideal de "escola-colônia" caracterizado por um currículo integral, fortemente calcado na instrução utilitária, no trabalho manual, na moralização e na disciplina militar e sanitária. Ao referir-se ao sul do Brasil no final do século XIX, Peres (2002, p. 160) aborda a instrução como uma obra necessária às classes populares, destacando que, para determinados grupos, "[...] a instrução e a formação dos homens das classes populares era uma tarefa que lhes cabia[...]", associando-se "[...] ao projeto de instrução, a educação moral, que visava à formação de hábitos e atitudes compatíveis com o que era considerado um bom trabalhador". Alinhada a essa perspectiva, a proposta em análise dirige-se expressamente à "infância pobre", revelando a concepção do ensino técnico e agrícola como uma medida de enquadramento social e prevenção da marginalidade urbana e rural. Assim, a

articulação entre conteúdos elementares, saberes práticos e condicionamento corporal reflete o ideal republicano de converter o "menor" desamparado em um trabalhador disciplinado, útil à produção e à defesa da pátria. Nesse sentido, o modelo das "escolas-colônias" ressoa com os discursos higienistas e eugênicos do período, nos quais a educação prática sob regime de internato atuava como instrumento de regeneração, prevenção da vadiagem e moldagem do caráter das populações nacionais.

O texto intitulado "Cisalhas" é escrito pelo colaborador A. Molis (1920), expressa uma inquietante reflexão sobre a ausência de assistência educacional e moral às crianças no contexto local e nacional. Complementarmente, denuncia o desamparo infantil em Porto Velho e apela ao engajamento da sociedade para transformar essa realidade.

> *[...]. Mas, que é desse pão espiritual que a escola distribui por uma assistência confortadora? Como educar o seu espírito, encaminhando-as para o bem, numa terra onde não há escolas, não há ensino, não há cuidado pela infância? E, recolhendo para meu íntimo essas impressões sombrias, avalio das milhares de crianças que se distribuem pelo país, sem escolas, sem educação, sem assistência enfim para a alma e para o corpo, e fico muita vez hesitante, desanimado, descrente, da imensa grandeza do Brasil. Reunamos nossos esforços em prol das crianças de Porto Velho [...] (Alto Madeira, 15 de abril de 1920, n. 303, p. 2-3).*

A construção de representações sobre a infância desamparada contrapõe a retórica do progresso republicano à realidade do abandono educacional na Amazônia, revelando os limites da

modernização no interior do país. Para evidenciar esse contraste, a crônica constrói uma metáfora da escola como detentora do “pão espiritual”, associando a educação formal ao alimento indispensável para o desenvolvimento moral e cívico da infância de “alma e corpo”.

O recurso a essa imagem e a expressões como a “escuridão da ignorância” expõe a estigmatização corrente da população não alfabetizada no período. Nela, a instrução é figurada não apenas como o aprendizado das letras, mas como um projeto de salvação moral e assistência integral. Ao constatar a ausência de escolas em Porto Velho e a desassistência às crianças pelo interior, o texto traduz um forte desencanto frente à ufania da “imensa grandeza do Brasil”. Essa narrativa mobiliza a comoção do leitor ao caracterizar o abandono infantil como uma ameaça ao futuro nacional. Diante da omissão do Estado, a imprensa assume o papel de mediadora no amparo às novas gerações, promovendo inquéritos e censos escolares próprios para quantificar as crianças sem instrução, pressionar as autoridades e convocar a comunidade local a somar forças (Cruz; Sousa; Camargo, 2025).

O texto publicado no editorial do jornal (1925) sob o título “Desamparados”, utiliza a linguagem poética em formato de soneto para retratar a condição de abandono e degradação social da infância marginalizada em Porto Velho. A poesia constrói um contundente diagnóstico moral e social sobre o abandono infantil, denunciando a ausência de compaixão coletiva e a negação dos direitos fundamentais à educação e ao amparo estatal, como tão bem registra: “[...] negando-lhes conforto e educação! [...]” (Alto Madeira, 5 de março de 1925, n. 803, p. 1).

O excerto busca sensibilizar o leitor e chocar a opinião pública quanto ao cenário de abandono moral que atingia as crianças das camadas populares. Conforme o documento, o poema qualifica os menores de rua como “deserdados” e “gérmens inconscientes da corrupção”, articulando o discurso higienista e criminológico da época, no qual a falta de assistência e de escola transforma a infância vulnerável em um foco potencial de desordem e criminalidade futura. Ao finalizar, o texto transfere a culpa da marginalidade do indivíduo para a omissão das elites e do Estado, elegendo a instrução como a única via de salvação moral e reintegração social (Alto Madeira, 5 de março de 1925, n. 803, p. 1).

O fragmento do soneto veiculado no editorial do *Alto Madeira* retrata a infância desamparada tanto como ameaça social quanto como vítima das falhas do projeto civilizatório local, elegendo a escola como o meio indispensável para transformar o menor abandonado em cidadão útil e disciplinado. Alinhado a essa reflexão, Sousa (2019, p. 207) observa que a leitura e o acesso ao livro constituem o alimento necessário para transformar o indivíduo de forma imediata e impulsionar o progresso do país.

O texto publicado pelo editorial do jornal (1925) sob a rubrica “Sem título”, aborda a intervenção do Poder Judiciário sobre a infância desamparada e indisciplinada. A matéria defende a ação coercitiva do Juizado de Órfãos para recolher e internar compulsoriamente menores cujos pais ou responsáveis falhem no dever de educar e moralizar.

> *[...] sensivelmente boa, piedosa e doce e sempre voltada para o perdão, jamais poderá com o esforço que possa dispender, no mundo didático, educar integralmente, esses mesmos menores. E já, que os pais, tutores ou responsáveis, não curam do futuro dos mesmos compelindo-os a todos os ramos da educação do homem, na juventude, é justíssimo e muito louvável, que o exmo. sr. dr. juiz dos órfãos, tome as necessárias medidas, embora a contragosto pelo seu efeito e meios a empregar, arrecadando-os, com a lei na mão, e enviando-os aos orfanatos e colégios destinados para esse fim, único problema viável, na medida, que merecerá os aplausos e as palmas daqueles que amam a virtude e a dignidade, sobre tudo (Alto Madeira, [data provável: outubro/novembro de 1925], n. 867, p. 1).*

O excerto explicita o esgotamento dos métodos pedagógicos afetuosos ou brandos diante de crianças tidas como refratárias à disciplina doméstica ou escolar. Diante da negligência das famílias, o editorial transfere a tutela e a autoridade moral da infância para o Estado, representado na figura do Juiz de Órfãos. A defesa do recolhimento forçado e do internamento em orfanatos e colégios correcionais é justificada como uma medida drástica, porém necessária e "louvável", para salvaguardar a ordem pública, prevenindo a vadiagem e garantindo a moralização dos jovens pela via do enquadramento institucional.

A defesa do recolhimento forçado e do internamento em orfanatos e colégios correcionais é justificada como uma medida drástica. Essa rotulação da infância indisciplinada como um "problema" a ser enquadrado por instituições estatais aproxima-se das reflexões de Silveira (2021, p. 15), ao observar como os "desvios da norma por meio da indisciplina escolar" transformavam as crianças em objetos de

intervenção institucional, seja pela via judiciária, como em Porto Velho, seja pela via da higiene mental.

O texto publicado na seção “Notas e informações” pelo editorial do jornal (1926), repercute o discurso do renomado médico e intelectual Miguel Couto proferido na Academia Nacional de Medicina. A matéria divulga a proposta de criação de grandes internatos modelos higienistas e de ensino primário obrigatório, sob rígida tutela e fiscalização do Estado, como solução científica e eugênica para a formação das futuras gerações brasileiras.

> *O professor Miguel Couto [...], preconizou a necessidade do ensino primário obrigatório, instituindo-se em todos os Estados grandes internatos, verdadeiras escolas modelos, para educação intelectual, moral, física e profissional, com programas pedagógicos formulados e fiscalizados pelo governo. Os internatos, visando a saúde dos alunos, seriam colocados em lugares escolhidos pelos melhores higienistas, nas montanhas, abundantes de vegetação e clima ameno, à beira-mar etc. (Alto Madeira, 19 de agosto de 1926, n. 955, p. 3).*

A proposta trazida por Miguel Couto defende o ensino primário obrigatório articulado a um modelo de isolamento e regeneração em “escolas modelos”, erguidos longe dos centros urbanos para garantir o vigor físico e sanitário dos jovens. O texto evidencia a ambição de uma educação integral normatizada pelo Estado, visando a sanar as degenerações do povo e instrumentalizar a escola como a principal engrenagem de regeneração nacional.

A representação da escola como um internato controlado por higienistas reflete o projeto das elites republicanas de utilizar o

espaço escolar como um laboratório de disciplinamento e seleção eugênica. O pensamento da época visava defender o meio urbano contra condutas consideradas desviantes, opondo à vida de rua um projeto educativo disciplinar focado no alinhamento e na moralização das classes populares (Silveira, 2021).

3.3. Práticas Disciplinares, Autoridade Pedagógica e Violência Institucional (o Tribunal da Honra)

Este tópico trata do agrupamento temático de três textos levantados e transcritos do jornal Alto Madeira que versam sobre conflitos entre métodos pedagógicos, violência física/trabalho forçado e a legitimação jurídica/doméstica da punição corporal.

O texto publicado na seção de “Ineditoriais” e assinado pela colaboradora Isabel Amélia da Silveira (1921), expõe um direito de resposta em relação a uma denúncia de maus-tratos contra um menor de idade. A autora utiliza o espaço do jornal para rebater as acusações, justificando o uso de métodos punitivos e de intimidação como estratégias pedagógicas e de correção para contornar a indisciplina e a resistência da criança em relação aos estudos.

> *Tendo o vosso conceituado jornal na edição 9 deste, sem dúvida mal informado, dado uma local onde se imputa o ato deprimente de ter amarrado pelo pescoço numa goiabeira um menor meu tutelado, venho narrar como o fato se passou, a fim de que não se forme conceito tão desairoso em torno de minha pessoa. A criança a quem o local se refere, além de meu tutelado, é meu sobrinho e mais do que isto, meu filho espiritual a quem trato com desvelo. Minha maior preocupação tem sido com a educação do menino e assim é que o tenho matriculado num dos melhores colégios desta cidade, o Instituto "Eduardo Ribeiro", sob a direção do provecto professor Heitor de Figueiredo. Como a criança se mostrasse refratária ao estudo, para intimidá-la, amarrei-a em uma goiabeira perto de casa, "mas pela cintura", de maneira que a criança [ilegível]. Que diga se foi ou não assim que encontrou o menino, o sr. juiz municipal, para honra de quem apelo em abono da verdade. A notícia foi feita pela maneira porque foi, dá ao fato um caráter criminoso, incompatível com meus sentimentos. Contando que seja com a publicação da presente retificado a notícia, subscrevo-me com estima consideração (Alto Madeira, 13 de janeiro de 1921, n. 381, p. 3).*

A carta de Isabel Amélia da Silveira permite observar, em ato, a gramática moral em que o castigo físico se torna inteligível e defensável no Porto Velho de 1921. A autora não nega o fato denunciado; reorganiza-o. Primeiro, desloca a acusação do terreno criminal para o terreno da tutela: a criança é "além de meu tutelado, meu sobrinho e mais do que isto, meu filho espiritual". Segundo, converte o castigo em investimento educativo, invocando a matrícula no "Instituto Eduardo Ribeiro" e o "desvelo" com que trata o menino. Terceiro, aciona uma cadeia de autoridades, o juiz municipal, o diretor do colégio, o próprio jornal, para validar sua

versão. O detalhe aparentemente banal de “amarrar pela cintura” e não “pelo pescoço” revela o que está em jogo: não se trata de negar a violência, mas de dosá-la dentro de limites socialmente aceitáveis, distinguindo a correção legítima do crime.

Ao publicar a retificação, o Alto Madeira não apenas dá voz à tutora; converte-se em tribunal da honra e da moralidade pública, espaço em que os leitores disputam narrativas sobre o que significa educar uma criança refratária ao estudo. A descrição densa, aqui, consiste em restituir esse encadeamento de deslocamentos (do crime à correção, da violência ao desvelo, do particular à autoridade) que torna a prática punitiva não um resquício de barbárie, mas um elemento coerente de um universo moral em transformação.

A imprensa funcionava, assim, como um tribunal da honra e da moralidade pública, no qual os leitores disputavam narrativas para defender sua reputação e legitimar suas práticas educativas domésticas. O texto demonstra que, na transição republicana, mesmo no contexto amazônico, havia uma busca pela escolarização, pelo senso comum familiar e pelo emprego de castigos e intimidações como meios necessários de regeneração do comportamento e de formação moral, elementos impregnados na concepção educacional vigente (Nagle, 1974).

A denúncia de maus-tratos publicada pelo Alto Madeira em 1925 expõe uma contradição que, longe de ser local, era estrutural ao projeto educacional republicano. Como demonstra Carvalho (1989), a escola foi erigida, no imaginário republicano, como um “templo laico” e espaço de regeneração moral, cuja missão era formar o “homem novo” para a civilização e o progresso. A autora destaca que a escola deveria operar como um dispositivo de conformação dos

corpos e das mentes, no qual “a educação integral preconizada” era “garantia de que a educação não viesse a tornar-se fator de desestabilização social” (Carvalho, 1989, p. 57). Ao revelar o emprego do castigo físico e do trabalho brutal contra crianças, o jornal porto-velhense não apenas denunciava um caso isolado, mas expunha o avesso desse projeto, a violência que, no cotidiano escolar, se apresentava como prática pedagógica legítima de correção e moralização. A denúncia tensiona, assim, as próprias noções de civilidade e modernidade que a escola republicana prometia instaurar.

O texto publicado na seção de “Ineditoriais” do jornal sob o título “Odisseia de uma menina no Instituto Benjamin Constant” e assinado pelo colaborador Antônio J. Seabra (1925), traz a denúncia pública de um pai contra os maus-tratos infligidos à sua filha de sete anos em um colégio interno local. O autor, que se identifica como trabalhador prático, recorre às páginas do periódico para protestar contra a violência física e o trabalho infantil forçados aplicados sob o pretexto de disciplina e formação moral na instituição.

> *Arredio às lides da imprensa, vivendo modestamente da dupla profissão de dentista prático e mecânico, sou forçado a sair da minha obscuridade para soltar aos poderes públicos e principalmente aos pais de família, um brado de protesto contra a prática de atos de tirania, que tem por cenário o pio Instituto de educação, que denomina Benjamin Constant. Ferindo-me de perto, pois se trata de uma filinha minha, o modo porque esta inocente criança de sete anos de idade fora tratada por espaço de mais de um ano naquele Instituto, é que me traz à imprensa para, embora sucintamente, narrar os fatos mais graves constantes de maus tratos infligidos à mesma criança. [...] (Alto Madeira, 1 de março de 1925, n. 802, p. 3).*

O excerto explicita o entrechoque entre a expectativa das famílias em relação ao papel protetor da escola e a persistência de práticas disciplinares coercitivas e violentas nos internatos da época. O texto reivindica um ensino focado no desenvolvimento "moral, físico e intelectual", em oposição à exploração do trabalho doméstico infantil. O relato pormenoriza o uso de instrumentos de punição corporal e denuncia a hipocrisia de uma pedagogia autoritária que apelava à moral religiosa para legitimar a violência contra os corpos infantis (Alto Madeira, 1 de março de 1925, n. 802, p. 3).

O texto coloca em xeque a representação das instituições confessionais e educativas como espaços sagrados de regeneração e moralização social, revelando as contradições do cotidiano escolar. A denúncia pública tensiona as noções de civilidade e modernidade ao expor o emprego do castigo físico e do trabalho brutal em crianças, mostrando como a imprensa dava voz aos sujeitos sociais para cobrar a intervenção dos poderes públicos e a

responsabilização dos estabelecimentos de ensino no interior da Amazônia.

O texto publicado no editorial do jornal (1925) sob o título “Pela judicatura”, reproduz o parecer de um promotor público relativo a um processo-crime em que um professor é acusado de lesionar fisicamente o seu aluno. A matéria expõe a intervenção do Poder Judiciário no ambiente educacional, evidenciando como a Justiça local chancelava o uso de castigos corporais como expedientes pedagógicos legítimos para conter a insubordinação de menores.

> *[...]. Verifica-se da leitura destes autos que o denunciado José Manoel de Araújo fez no menor Romulo Alves de Barros, de quem era professor e de cuja educação estava encarregado, os ferimentos descritos no auto de corpo de delito. Acha-se provado que o ofendido é de má condita e o ofensor de exemplar comportamento. O denunciado, no ato praticado teve o intuito de corrigir o menor sob sua guarda, que pelas suas insubordinações no momento, como fato de se envolver numa rede, concorreu para o aumento do castigo em contrário à vontade do agente [...] (Alto Madeira, 12 de abril de 1925, n. 814, p. 3).*

O excerto explicita o respaldo jurídico dado ao poder disciplinar e à violência física praticada no exercício da docência. A argumentação do promotor público estabelece uma rígida assimetria moral entre o agressor e a vítima, transferindo a responsabilidade das lesões corporais registradas no auto de exame ao comportamento indisciplinado e à resistência do próprio aluno. Ao classificar a agressão que resultou em ferimentos como um ato com “intuito de corrigir”, o parecer judicial absolve o professor e valida o direito de

correção física por parte dos educadores, situando a punição corporal no limiar aceitável da disciplina escolar da época.

Contudo, como demonstra Silveira (2021, p. 1), longe de serem apenas corpos passivos diante da violência corretiva dos adultos, “a inventividade infantil, por vezes, subverteu as relações estabelecidas entre adultos e crianças, fosse nos espaços escolar, público (como a rua) ou privado (como a casa)”, demonstrando que as táticas de indisciplina e auto-organização dos alunos tensionavam constantemente os dispositivos de controle estabelecidos.

3.4. Modelos Pedagógicos, a Missão Docente e a Formação Cívico-Moral

Este tópico trata do agrupamento temático de oito textos levantados e transcritos do jornal Alto Madeira que versam sobre a sacralização do professor, a difusão do civismo, a coeducação e os cursos técnicos privados.

O texto publicado pelo editorial do jornal sob o título “Notas e informações” (1918), registra a criação e divulgação de uma instituição de ensino privada de destaque local. A matéria destaca o recebimento dos estatutos da “Escola Izabel a Redentora”, entregues por Raymundo do Rego Barros, e salienta a sólida qualificação de sua gestora, a normalista e acadêmica de direito Júlia do Rego Barros. O documento reforça o compromisso da instituição com uma formação integral das crianças, abrangendo a “instrução e educação moral, cívica, intelectual e física” dos alunos (Alto Madeira, 23 jun. 1918, n. 114, p. 5).

O documento relata o surgimento de iniciativas privadas de escolarização dirigidas por figuras detentoras de reconhecido capital

cultural na cidade. A caracterização da instituição como um espaço de formação "moral, cívica, intelectual e física" reflete o modelo ideal de educação integral da Primeira República, o qual vinculava a instrução formal ao cultivo do corpo e ao civismo. Além disso, a referência explícita aos títulos da diretora serve para conferir autoridade científica, prestígio e legitimidade ao estabelecimento perante as famílias de Porto Velho, além de alinhar o empreendimento escolar aos discursos de modernização, civilidade e progresso almejados para a região. Essa perspectiva dialoga com as contribuições de Corsetti (2008, p. 65) sobre a educação como instrumento da política de modernização estatal, ao abordar que “a escola como instrumento primordial, foi elaborado com a finalidade de projetar os valores indispensáveis à consolidação do modelo capitalista de sociedade, defendido solidamente pelos republicanos positivistas.

O texto intitulado “O professor” e assinado pelo colaborador Paranatinga Filho (1921), dedica-se a examinar o papel do magistério primário na formação das novas gerações, defendendo a docência como um sacerdócio cívico e moral de elevado compromisso social, ressaltando a necessária complementaridade entre a criação familiar no lar e a ação educativa da escola.

> *[...]. Sendo a escola o prolongamento do lar, é imprescindível que a criança desde o berço receba uma educação apropriada, que os pais lhe ministrem os princípios indispensáveis, porque, em caso contrário, a tarefa do mestre será árdua e mesmo penosa. O objetivo do professor não é simplesmente lecionar, mas desenvolver também na criança as faculdades morais, formar almas puras, aureoladas de predicados que revelem um caráter são e belo como o nascer de alvoradas! Ai da criança que desde o seu nascimento não foi educada de um modo profícuo e salutar! No lar é que se constroem as bases do seu futuro; e assim, poderá mais tarde ser um cidadão útil não só a si, mas também à coletividade, ou uma personagem nula e muitas vezes nociva àqueles que a cercarem! O professor, entretanto, deve-se compenetrar do seu papel, tendo bem em vista que, sob sua guarda e cuidado, se encontram crianças que serão os homens de amanhã. Não deve fazer do magistério um simples meio de vida, pois assim procedendo, tornar-se-á indigno de tão nobilitante nome, porque a Pátria e a Sociedade dele tudo esperam! (Alto Madeira, 20 de fevereiro de 1921, n. 392, p. 1-2).*

O excerto explicita o ideal republicano de docência ao recusar a visão do magistério como mera ocupação profissional ou "simples meio de vida", elevando-o à condição de missão "sublime", apostolado cívico e dever patriótico. A narrativa adverte diretamente para os riscos do desamparo ou do desleixo pedagógico inicial, argumentando que da qualidade dessa formação depende a divisão entre o "cidadão útil" à coletividade e o indivíduo "nocivo" ou inapto para a vida social.

Essas representações da docência e do processo de moralização dos costumes na Primeira República, o professor comparece não como mero transmissor de conteúdos instrucionais, mas como um artesão

moral encarregado de moldar os “homens de amanhã” exigidos pela Pátria.

Sousa (2019, p. 186) sustenta que o ideal republicano de ensino recusa o magistério enquanto simples meio de subsistência ou ocupação meramente profissional, mas como uma missão sublime e em um apostolado cívico. Nesse sentido, o excerto indica que, se bem preparados, os professores poderiam colaborar com o desenvolvimento intelectual e moral dos filhos da pátria, nacionalizando-a por meio da instrução, da escola.

Essa representação do professor como missionário não era uma exclusividade retórica do colaborador do *Alto Madeira*, mas ecoava o próprio discurso de fundação da escola republicana. Como demonstra Carvalho (1989), a formação docente foi imbuída de um caráter sagrado e cívico que compunha parte do imaginário da República sobre a docência. A autora resgata o discurso de Cesário Mota na inauguração do edifício da Escola Normal Caetano de Campos, em 1894, no qual o edifício escolar era celebrado por convidar “todas as aptidões, todas as fortunas, todas as idades, todos os sexos, todas as vocações para virem sagrar-se aqui sacerdotes da religião do saber, em que nós democratas fundamos as nossas ardentes esperanças de prosperidade da pátria e de glória para a República” (Carvalho, 1989, p. 24). O jornal porto-velhense, ao apropriar-se dessa metáfora do sacerdócio, buscava legitimar a autoridade do professor local e cobrar dele o papel de condutor moral da infância amazônica.

No editorial intitulado “Escola Pestalozzi” (1921), detalha-se o funcionamento do recém-criado estabelecimento educativo gerido pelo professor Paranatinga Filho. Na ocasião, a publicação

apresentou a relação dos estudantes que compareceram às atividades na semana de referência, registrando a presença de dezessete alunos no ensino diurno e nove no turno noturno (Alto Madeira, 20 fev. 1921, n. 392, p. 2).

A denominação da instituição como “Escola Pestalozzi” faz referência explícita ao pedagogo suíço Johann Heinrich Pestalozzi, evocando um ideário de modernidade pedagógica fundamentado na afetuosidade e na intuição no processo de aprendizagem. A divisão explícita entre as turmas diurnas (compostas por crianças e jovens em idade regular) e as noturnas (voltadas a trabalhadores ou estudantes impossibilitados de frequentar as aulas durante o dia) evidencia o esforço em ampliar o acesso à instrução formal para diferentes públicos da comunidade local, destacando-se, inclusive, a presença feminina em ambos os turnos. Essa apropriação de nomes e modelos europeus no contexto amazônico não era um caso isolado, como demonstrou Nagle (1974, p. 239), a penetração das ideias da Escola Nova e a tentativa de realização dos seus princípios nas instituições escolares constituiu uma das marcas definidoras das transformações educacionais do período, o que permite ler a “Escola Pestalozzi” como expressão local de um movimento nacional de circulação de modelos pedagógicos.

Essa dinâmica demonstra como modelos teóricos e nomes do ideário educacional europeu eram apropriados no contexto amazônico para atestar o compromisso da imprensa e dos educadores locais com um projeto de civilização pautado na instrução. A esse respeito, Faria Filho (2002) assegura que os periódicos eram compreendidos como importantes estratégias de construção de consensos, propaganda política e religiosa, bem como de produção de novas sensibilidades e costumes,

configurando-se, sobretudo, como um relevante dispositivo educativo.

O editorial do jornal (1921), no texto intitulado “Escola Pestalozzi” da categoria “Escola e instrução”, atualiza a situação da frequência semanal da referida instituição privada dirigida pelo professor Paranatinga Filho. Na ocasião, registrou-se a presença de vinte e um estudantes no período diurno e seis no noturno, demonstrando o funcionamento contínuo do estabelecimento por meio da discriminação nominal das turmas (Alto Madeira, 20 de março de 1921, n. 400, p. 3).

O documento registra os dados quantitativos e qualitativos sobre a circulação escolar em Porto Velho, revelando o dinamismo de matrículas e a assiduidade na "Escola Pestalozzi". O turno noturno prossegue acolhendo sujeitos impossibilitados do estudo diurno, enquanto o turno diurno demonstra um aumento na frequência de alunas do sexo feminino, apontando para a consolidação da coeducação nas iniciativas privadas do município, sendo um registro de distinção social para as famílias que aderiam ao projeto republicano de alfabetização e civilidade (Nagle, 1974; Carvalho 1989).

O texto, publicado pelo editorial do jornal (1921) sob o título “Pelos inventores”, noticia a criação de uma entidade nacional de apoio à inovação tecnológica sediada no Rio de Janeiro. A matéria destaca os objetivos da associação, enfatizando a relevância do ensino técnico-profissional e a difusão de cursos por correspondência de matriz internacional como estratégias de qualificação da mão de obra.

> *Acha-se em organização no Rio de Janeiro a Associação Brasileira Auxiliadora e Protetora dos Inventores, estando à sua frente o sr. Lourival Loureiro que já se entendeu a respeito com o sr. presidente da República. [...] f) facilitar a educação técnica e profissional por meio de escolas do país ou das "International Correspondence Schools", de Seraton (Pensilvânia) da América do Norte ou congêneres; [...] (Alto Madeira, 26 de junho de 1921, n. 428, p. 3).*

O excerto revela a articulação entre a formação técnica, o incentivo à inventividade e os ideais de modernização tecnológica do país na década de 1920. Aponta para a circulação transnacional de modelos pedagógicos voltados ao ensino de artes, ofícios e saberes aplicados. O texto evidencia como a educação profissionalizante era projetada para além das estruturas escolares presenciais tradicionais, utilizando a educação a distância via correios como uma alternativa viável para capacitar trabalhadores em regiões distantes dos centros urbanos.

A representação da educação profissional como motor de invenção e autonomia individual reforça a pedagogia republicana do trabalho, na qual a instrução prática e a qualificação do trabalhador são figuradas como condições indispensáveis para a soberania econômica e o avanço civilizatório do Brasil. Essa valorização da instrução prática e da qualificação do trabalhador não era um fenômeno isolado de Porto Velho, mas ressoava o projeto pedagógico mais amplo da Primeira República. Como demonstra Carvalho (1989), a escola republicana foi concebida como o emblema da instauração da nova ordem, devendo "fazer ver" o Progresso. Para a autora, a educação do homem moderno exigia uma formação que aliasse o saber técnico à moralidade, pois "a mudança de regime

havia entregue ‘ao povo a direção de si mesmo’”, tornando urgente “cultivar-lhe o espírito, dar-lhe a elevação moral de que ele precisa, formar-lhe o caráter para que saiba querer” (Carvalho, 1989, p. 32). Nesse sentido, a instrução profissional veiculada pelo Alto Madeira não visava apenas a habilitação técnica, mas a “formação de um homem apto em todos os sentidos” (Carvalho, 1989, p. 32), integrando o trabalhador ao projeto de soberania nacional e de civilização.

Na crônica “Gisando”, publicada pelo colaborador Caeté (1923) traça o retrato de um respeitado farmacêutico de Porto Velho, destacando o pragmatismo e o saber empírico sobre a instrução formal. O autor descreve a rotina do comerciante na Praça Dr. Jonathas Pedrosa e sua experiência prévia como juiz suplente, ressaltando sua capacidade de examinar a psicologia humana no cotidiano para formar juízos de valor. Sem frequentar eventos sociais e crítico em relação à gestão da cidade, o sujeito é caracterizado como um cidadão honesto, observador e independente, que pautava sua conduta pela dedicação à família, aos amigos e ao ofício (Alto Madeira, 8 de abril de 1923, n. 614, p. 1-2).

O texto destaca que, mesmo sem uma “educação profissional” ou diploma bacharelesco para o exercício de funções jurídicas, o personagem supra o déficit de formação institucional pelo “conhecimento dos homens e das coisas” acumulado na experiência cotidiana. O perfil exalta virtudes cívicas republicanas, tais como a honestidade, a modéstia, a reserva pessoal perante intrigas e a utilidade prática à comunidade no cuidado com os enfermos. Segundo Silva, Sousa e Camargo (2026), a valorização do cidadão exemplar e útil contrapunha-se à ideia de Porto Velho como um local desorganizado, atribuindo à conduta individual o papel de

motor do progresso e da ordem social. Nesse contexto, a escola era vista pelas elites republicanas como um instrumento civilizatório e disciplinador que, por meio do civismo e da moral, visava formar cidadãos obedientes, trabalhadores e alinhados aos interesses do projeto de nação.

O texto publicado na seção “Telegramas” pelo editorial do jornal (1925), registra em nota curta a nomeação do Dr. Álvaro Maia como professor efetivo da cadeira de Educação Moral e Cívica na Escola Normal. A matéria destaca a institucionalização de uma disciplina estratégica na formação de futuros docentes no Estado do Amazonas (Alto Madeira, 17 de maio de 1925, n. 824, p. 1).

O referido documento apresenta a cadeira de “Educação Moral e Cívica como uma possibilidade de preparar os futuros normalistas não apenas no domínio dos conteúdos rudimentares das letras e exatas, mas como agentes capacitados para incutir os valores de patriotismo, disciplina, respeito às leis e higienização dos costumes nas escolas primárias que assumiriam.

A cadeira de Educação Moral e Cívica na Escola Normal surge representada como o núcleo irradiador da ideologia nacionalista. Nesse sentido, a tentativa de pré-determinar o comportamento do aluno através da formação docente dialoga com a própria definição de cultura escolar. E, a esse respeito, Julia (2001, p. 10) aborda que a cultura é entendida como o “conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”, aqui, nos centros urbanos e no interior da Amazônia rondoniense.

O texto publicado pelo editorial do jornal (1926) sob o título “Cel. Octavio Pires”, registra a nota de falecimento e a trajetória do Coronel Octávio Olímpio da Rocha Pires. A matéria rende homenagens ao educador e militar por ter “empregado o melhor de suas energias na educação da mocidade paraense e amazonense”, destacando o valor da formação normalista na Amazônia do início do século XX (Alto Madeira, 11 de julho de 1926, n. 944, p. 3).

O excerto destaca a relevância social e a mobilidade geográfica dos intelectuais e educadores que atuavam na Região Norte durante a Primeira República. O obituário publicado no *Alto Madeira* funciona como um dispositivo de consagração e celebração da memória de figuras do magistério, conferindo distinção ao fazer pedagógico e à figura do normalista. A narrativa constrói a representação do professor como um “apóstolo” na causa da instrução pública e privada, demonstrando o papel do jornal na perpetuação de modelos de civismo, honra e serviços prestados ao progresso da sociedade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das páginas do jornal *Alto Madeira* publicadas entre 1917 e 1926 evidencia que a imprensa periódica na Amazônia exerceu um papel essencial na difusão de representações e na mediação de debates sobre a formação social, moral e política no recém-criado município de Porto Velho. A opção metodológica por reorganizar o corpus da categoria “escola e instrução” em quatro grupos temáticos, em detrimento de uma simples narrativa cronológica, permitiu conferir maior densidade interpretativa ao estudo, evidenciando como os diferentes sujeitos sociais disputavam e construíam os sentidos da escolarização na imprensa local. A partir

dessa articulação, a pesquisa demonstrou que as matérias veiculadas não funcionavam como registros neutros da realidade escolar, mas como construções intencionais elaboradas por atores socialmente situados (intendentes, editores, professores, pais, juízes e médicos) com o propósito de direcionar a opinião pública e intervir nos rumos da sociedade amazônica em formação.

Em termos estruturais, os grupos temáticos sintetizam as principais representações sobre a escola e a instrução que circularam no periódico durante a Primeira República. No primeiro agrupamento, revelou-se a contradição entre a retórica da modernização republicana e a precariedade da infraestrutura pública, evidenciando como o jornal cobrava do poder público e convocava a filantropia, as associações privadas e as subvenções municipais para suprir o déficit de prédios e docentes; no segundo, a infância pobre e marginalizada emergiu sob a representação do "menor desamparado", elegendo-se a escola, os patronatos agrícolas e até o internamento coercitivo como dispositivos de regeneração moral, salvação pelo trabalho e prevenção da vadiagem; no terceiro, as matérias analisadas expuseram as fissuras e tensões do cotidiano educativo, mostrando a atuação do jornal como tribunal da honra pública em casos de denúncias de maus-tratos, além de registrar a complacência do Poder Judiciário em relação ao uso de castigos físicos legitimados como correção pedagógica; por fim, no quarto, evidenciou-se a sacralização da figura do professor como "apóstolo cívico", o alinhamento a modelos pedagógicos republicanos (como a pedagogia pestalozziana e os cursos noturnos) e a circulação de saberes práticos e eugênicos voltados à conformação de cidadãos úteis e disciplinados.

Ressalta-se que a aplicação do procedimento da descrição densa também revelou seus próprios limites no corpus empírico. O jornal *Alto Madeira* testemunha, prioritariamente, os projetos, valores e inquietações das elites letradas e dos mediadores culturais de Porto Velho. As vozes das crianças, das famílias pobres, dos professores primários anônimos e das populações indígenas e rurais permanecem, em grande medida, silenciadas nas páginas da imprensa. Contudo, reconhecer essa assimetria não invalida a análise; ao contrário, confirma que as representações construídas sobre a infância desamparada e a instrução eram, elas mesmas, instrumentos de poder e de hierarquização social no espaço público local. Em suma, o artigo reitera que o jornal *Alto Madeira* atuou não apenas como testemunho histórico, mas como uma verdadeira instituição educativa informal e agente político, fabricando consensos e sensibilidades que conformaram o campo educacional e as práticas sociais na Amazônia do início do século XX

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO Instrutiva, Recreativa e Beneficente de Porto Velho. *Alto Madeira*, Porto Velho, n. 67, p. 1, 10 jan. 1918.

BRASIL. *Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915*. Reorganiza o ensino secundario e o superior na Republica. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1915.

BRASIL. *Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925*. Estabelece o fraco ensino secundario e o superior na Republica. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1925.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Typ. da

Estatistica, 1926.

BRASIL. IBGE. Conselho Nacional de Estatística. *Recenseamento Geral do Brasil (1.º de Setembro de 1940): Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950.

CAETÉ. Gisando. *Alto Madeira*, Porto Velho, n. 614, p. 1-2, 8 abr. 1923.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CHARTIER, Roger. *História cultural:* entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: Difel, 2004.

CORSETTI, Berenice. Cultura política positivista e educação no Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930). *Cadernos de Educação*: FaE/PPGEDU/UFPel. Pelotas, julho/dezembro, 2008. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/1740. Acesso em: 4 nov. 2026.

CRUZ, L. A. da; SOUSA, R. C. de; CAMARGO, C. M. dos S. "Entusiastas decididos da causa sacrossanta da instrução": representações no jornal Alto Madeira (Porto Velho/Rondônia, 1917–1920). *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, *[S. l.]*, v. 17, n. 12, p. e10308, 2025. Disponível em: https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/10308. Acesso em: 4 nov. 2026.

DA SILVA, Marijane Silveira. Aspectos historiográficos da educação na cidade de Porto Velho-RO (1910-1930). *Revista de Educação Pública*, *[S. l.]*, v. 29, n. jan/dez, 2020. Disponível em:

https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/10131. Acesso em: 4 nov. 2026.

DE PORTUGAL. *Alto Madeira*, Porto Velho, n. 107, p. 2, 30 maio 1918.

EDITORIAL. Cel. Octavio Pires. *Alto Madeira*, Porto Velho, n. 944, p. 3, 11 jul. 1926.

EDITORIAL. Desamparados. *Alto Madeira*, Porto Velho, n. 803, p. 1, 5 mar. 1925.

EDITORIAL. Escola "Pestalozzi". *Alto Madeira*, Porto Velho, n. 392, p. 2, 20 fev. 1921.

EDITORIAL. Escola Pestalozzi. *Alto Madeira*, Porto Velho, n. 400, p. 3, 20 mar. 1921.

EDITORIAL. Exposição apresentada à Intendência Municipal pelo padre Dr. Superintendente na sua primeira reunião ordinária, realizada no dia 12 de março de 1920: Instrução pública. *Alto Madeira*, Porto Velho, n. 298, p. 3, 28 mar. 1920.

EDITORIAL. Exposição apresentada à Intendência Municipal pelo padre Dr. Superintendente na sua primeira reunião ordinária, realizada no dia 12 de março de 1921. *Alto Madeira*, Porto Velho, n. 398, p. 1, 13 mar. 1921.

EDITORIAL. Instrução pública: com vistas aos senhores pais de família. *Alto Madeira*, Porto Velho, n. 425, p. 1, 16 jun. 1921.

EDITORIAL. Lei n. 216 de 18 de outubro de 1926. *Alto Madeira*, Porto Velho, n. 988, p. 2, 12 dez. 1926.

EDITORIAL. Notas e informações. *Alto Madeira*, Porto Velho, n. 114, p. 5, 23 jun. 1918.

EDITORIAL. Notas e informações. *Alto Madeira*, Porto Velho, n. 955, p. 3, 19 ago. 1926.

EDITORIAL. Pela judicatura. *Alto Madeira*, Porto Velho, n. 814, p. 3, 12 abr. 1925.

EDITORIAL. Pelos inventores. *Alto Madeira*, Porto Velho, n. 428, p. 3, 26 jun. 1921.

EDITORIAL. Sem título [Sobre o juiz de órfãos]. *Alto Madeira*, Porto Velho, n. 867, p. 1, [out./nov.] 1925.

EDITORIAL. Telegramas. *Alto Madeira*, Porto Velho, n. 824, p. 1, 17 maio de1925.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XX: uma introdução. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JR, Décio (org.). *Novos Temas em História da Educação Brasileira*: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

GEERTZ, Clifford. *Uma descrição densa*: por uma teoria interpretativa da cultura. In: A Interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 1, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

LOMBARDI, J. C. História e historiografia da educação: atentando para as fontes. In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 141-176.

MATHIAS. Casos e coisas. *Alto Madeira*, Porto Velho, n. 211, p. 1, 29 maio de 1919.

MOLIS, A. Cisalhas. *Alto Madeira*, Porto Velho, n. 303, p. 2-3, 15 abr. 1920.

MULLER, Liane Susan. *As contas do meu rosário são balas de artilharia*: Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.

NAGLE, Jorge*. Educação e Sociedade na Primeira República.* São Paulo: EPU, 1974.

PARANATINGA FILHO. O professor. *Alto Madeira*, Porto Velho, n. 392, p. 1-2, 20 fev. 1921.

PERES, Eliane Teresinha. "*Templo de Luz*": os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875 - 1915). Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte*: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920). Manaus: EDUA, 2015.

SEABRA, Antônio J. Ineditoriais: Odisseia de uma menina no Instituto Benjamin Constant. *Alto Madeira*, Porto Velho, n. 802, p. 3, 1 mar. 1925.

SILVA, Raquel Melyssa Vieira da; SOUSA, Ricardo Costa de; CAMARGO, Cássio Michel dos Santos. Representações dos ideais de escola republicana nas páginas do jornal Alto Madeira (Porto Velho/Rondônia, 1917 - 1923). *Cadernos Cajuína*, *[S. l.]*, v. 11, n. 1, p. e1680, 2026. Disponível em: https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/1680. Acesso em: 29 out. 2026.

SILVEIRA, Isabel Amélia da. Ineditoriais. *Alto Madeira*, Porto Velho, n. 381, p. 3, 13 jan. 1921.

SILVEIRA, Matheus Henrique da. Os “chefes de disciplina”: inventividade infantil na década de 1930. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 51, e07076, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/PtrhTqxWG8XBjYGgsphmsjB/. Acesso em: 29 out. 2026.

SOUSA, Ricardo Costa de; CAMARGO, Cássio Michel dos Santos; SANTOS, Gisella Chaves. Ensine o Caminho, o MOBRAL Ensina o Resto: o Debate do MOBRAL nas Páginas do Jornal Alto Madeira (Porto Velho/ Rondônia, 1976 – 1985). *Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas*, *[S. l.]*, v. 27, n. 1, p. 75–82, 2026. Disponível em: https://revistaensinoeeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/14704. Acesso em: 30 out. 2026.

SOUSA, Ricardo Costa de. *Instrução e circulação da palavra escrita*: o caso do jornal O Exemplo (Porto Alegre, RS, 1892-1930). Porto Alegre, 2019, 241f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2019.

VITAL André Vasques. *Comissão Rondon, política e saúde na Amazônia*: a trajetória de Joaquim Augusto Tanajura no Alto Madeira (1909-1919). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2011.

---

[1] Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Humanas (FCH) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR/Porto Velho). professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Acadêmico (PPGE/UNIR). Pós-doutorado em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi integrante da Linha de Pesquisa: História, Memória e Educação junto ao PPGEdu/UFRGS. Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e, em Docência do Ensino Superior pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação Santa Terezinha (FEST) Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Líder do Grupo de Pesquisa em História da Educação, Memórias e Acervos (GPHEMA). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[2] Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1990), Mestre em Ciências da Educação pelo Instituto Pedagógico Latinoamericano Y Caribeño - Havana Cuba (1999), Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará (2005) e Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista - Campus de Marília (2011). Atualmente é professor

Adjunto da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) onde exerce, também a função de Diretor do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras e professor da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Imperatriz e também professor permanente do Programa de Pós Graduação em Educação e Práticas Educativas (PPGEPE) do Campus de Imperatriz. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Emancipação Humana. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

Este artigo é fruto de pesquisa desenvolvida no âmbito do Estágio Pós-Doutoral realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas (PPGEPE) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).